



JOÃO PINHEIRO

Este trabalho
foi elaborado
pela Assessoria
de Comunicação
da Fundação
João Pinheiro.
Belo Horizonte,
novembro de 1981.

JOÃO PINHEIRO

«Ele possuiu, ao lado do senso perfeito da nossa realidade objetiva, a rigorosa imaginação do futuro, que leva o olhar do estadista muito além do seu campo visual e lhe permite intuir a Pátria de amanhã».

Juscelino Kubitscheck de Oliveira

«Profeta e visionário, não no sentido de anunciador de mitos, mas no de denunciador de realidades presentes e conseqüências futuras, João Pinheiro foi um dos casos, não raros na História, da ação humana mais pelo pensamento do que pelos atos».

Afonso Arinos de Melo Franco

O filho do imigrante enxergou além de seu tempo

João Pinheiro participou de uma geração de brasileiros que viu o declínio da Monarquia, pregando os ideais republicanos, aos quais permaneceu fiel até o final da vida.

Dentro e fora do poder foi fiel à causa republicana. Suas posições, como Governador e depois Presidente de Minas, são coerentes com a sua opção antimonarquista. Elas trazem a marca do propagandista: no restabelecimento ao culto à memória de Tiradentes; na posição irreduzível de manter separados o Estado e a Igreja; na defesa das liberdades; na difusão do Ensino Agrotécnico; na democratização da Justiça, não permitindo o aumento das custas judiciais; e mais do que tudo isso, na mobilização da opinião pública para libertar o País da burocracia e da má qualidade de vida, dinamizando todo o potencial de riqueza até então paralisado.

João Pinheiro deu o primeiro grito para a nossa emancipação econômica, antecipando-se como pioneiro da política desenvolvimentista dos nossos dias.

Para melhor entendermos o gênio de João Pinheiro, a sua ação política, enfim, o seu perfeito senso da realidade nacional e sua imaginação do futuro, nos dizeres de Juscelino, mais o vigor do seu pensamento, nas palavras de Afonso Arinos, teremos de conhecer a sua História.

Filho do imigrante italiano Giuseppe Pignataro, funileiro, João Pinheiro da Silva nasceu a 16 de dezembro de 1860, na cidade do Serro. A mãe, Dona Carolina Augusta de Moraes Pinto, era natural de Caeté, filha do professor Antônio Pedro Pinto.

Teve apenas um irmão, mais velho que ele, José Pinheiro da Silva Junior, que se ordenaria padre e viria a falecer em dezembro de 1890, como vigário de Jequeri, Município de Ponte Nova. O pai, que adotara o nome de José Pinheiro da Silva, morreu vitimado pela febre amarela, em 1870, no Rio de Janeiro, onde fora a negócios. Dona Carolina, viúva e sem recursos, teve de voltar para a companhia de seus parentes em Caeté, tendo vivido

antes em Ouro Preto e Guanhanes. Os meninos ficaram sob a tutela do Padre Joao de Santo Antonio, fundador da Cidade de Cordisburgo. Jose foi para o Seminario de Mariana e o irmao continuou os estudos de Religiao, Latim e Gramatica, sob orientacao do Padre Joao de Santo Antonio, preparando-se tambem para admissao no Seminario.

Apesar de seu otimo aproveitamento nos estudos, Joao Pinheiro deixaria o Seminario na primeira etapa do curso. Nao tinha vocacao para o sacerdocio e decidira ingressar na Escola de Minas, de Ouro Preto.

Custeava os estudos com dificuldade, dando aulas particulares de Latim e Historia. Mas nao continuaria na Escola de Minas — cursou ate o terceiro ano. O estudo de Filosofia despertou em Joao Pinheiro a inclinacao para as Ciencias Juridicas.

Juntou roupas e livros e foi para Sao Paulo, no inicio de 1883, ingressando na Faculdade de Direito.

Uma inteligencia a servico da Republica

Aqui Joao Pinheiro inicia sua carreira jornalstica. Al€m do Curso de Direito e das aulas particulares, trabalhava como revisor de um jornal e escrevia em publicacoes mantidas pela mocidade academica: "O Progresso", "A Ordem", o "21 de Abril" e o "Thabor". Assinava simplesmente Mario.

Em 1886 Joao Pinheiro ja fazia parte do grupo contrario a Monarquia. Pregava a Republica — pela evolucao ou pela Revolucao, se fosse necessario.

Professor substituto na Escola Normal, enamorou-se da aluna Helena de Barros Leite, 16 anos, paulista de Mogi Mirim, filha do cafeicultor Joao Batista de Barros Leite e Dona Helena da Rocha Barros.

Ele cursava o terceiro ano de Direito. Depois de colar grau, em novembro de 1887, ficaria noivo de Helena de Barros, ja professora. O casamento foi celebrado em Sao Paulo, no dia 25 de janeiro de 1890. Tiveram onze filhos: Paulo, Helena, Marta, Carolina,

Israel (Governador de Minas no período de 1966 a 1971), Lúcia, Amanda, Virgínia, João, José e Celeste.

O advogado João Pinheiro da Silva voltou para Ouro Preto em 1888, logo destacando-se como profissional e propagandista da causa republicana. Na Capital de Minas, organizou o Partido ao lado de Antônio Olynto, Carlos Prates, Aurélio Pires, João Calógeras e Francisco Ferreira Alves. Ele era o secretário da Comissão Permanente. Mantinha correspondência com os chefes do Rio, entre eles Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva, e outros de São Paulo, além de fazer excursões políticas pelos municípios mineiros com o objetivo de manter animados os correligionários.

Fundador e redator-chefe do jornal "O Movimento", órgão oficial do Partido, editado a partir de 23 de janeiro de 1889 para difundir em Minas e no País os ideais democráticos, João Pinheiro usou com muita eficiência o seu talento de cronista político.

Ele viveu a vitória da liberdade

Ele não estava com os companheiros em Ouro Preto na festa da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Fazia campanha pelo interior, desconhecendo, devido às dificuldades de comunicação, que a causa estava ganha. Ao voltar, organizou uma "Guarda Cívica" formada pelos estudantes das Escolas de Minas e de Farmácia, na sua maioria, para defender o novo regime de armas na mão, se fosse necessário.

A vitória do movimento republicano não foi a negação das boas realizações da Monarquia. João Pinheiro dizia que a República não pode ser considerada como filha do acaso. Ela se impôs sobre os erros da Monarquia, que colocava o Centro sobre todos os negócios das províncias. O novo regime, proclamado em novembro de 1889, procuraria garantir a emancipação completa dos Estados. Seria também o fim de um período marcado pela doce vida de elementos que, segundo João Pinheiro, "nunca consideravam as rendas públicas suficientes para a sua voracidade", eternizando o

déficit das finanças brasileiras, apesar dos aumentos sucessivos dos impostos e dos empréstimos cada vez mais pesados.

O Governo Republicano mudaria esse estado de coisas, estimulando um setor das classes produtoras que sempre ofereceu o máximo para a Monarquia e dela nada recebeu — a agricultura.

João Pinheiro foi nomeado Secretário do Governo Cesário Alvim em 21 de janeiro de 1890. No mesmo dia era nomeado pelo Chefe do Governo Provisório, Manoel Deodoro da Fonseca, para o cargo de Primeiro Vice-Governador do Estado. Cesário Alvim, escolhido para Ministro do Interior da República, passa o Governo para João Pinheiro em 12 de abril de 1890, cargo que exerceria até 23 de julho de 1890, pois fora eleito Deputado pelo Estado de Minas ao Congresso Constituinte da República.

Em quatro meses apenas, o mais jovem governador que Minas já teve tomou as seguintes medidas administrativas:

Criação do Serviço de Estatística e Levantamento da Carta Geográfica de Minas Gerais;

. Realização do primeiro recenseamento da população;

. Reorganização da Diretoria da Fazenda;

. Instituição da comissão incumbida dos trabalhos ligados à agricultura, indústria e comércio;

. Formação da comissão de juristas incumbida de elaborar o anteprojeto da Constituição do estado;

. Patrocínio de uma exposição de produtos agrícolas, industriais e minerais do Estado, realizada em Ouro Preto.

Como Deputado à Constituinte da República, João Pinheiro integrou a Comissão Especial de 21 representantes que redigiu a Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Seu projeto sobre organização bancária demonstrou sua aptidão para as altas questões do Governo.

Pouco depois, João Pinheiro deixaria a política. Após a queda do Marechal Deodoro da Fonseca, que deu lugar ao Marechal Floriano Peixoto, o primeiro Presidente Constitucional do Estado, Cesário Alvim, teve de renunciar. A maioria dos republicanos mineiros aderiu à nova situação e João Pinheiro preferiu afastar-se da política. Regressou a Ouro Preto, onde participaria da criação da Faculdade Livre de Direito do Estado, ocupando a cadeira de Direito Internacional.

Em 1895, João Pinheiro faria sua opção pela vida industrial. Na chácara do Tinoco, antiga propriedade do Barão de Cocais, em Caeté, ele instalaria uma indústria para a fabricação de louças finas e porcelanas, a Cerâmica Nacional de Caeté.

Fabricando principalmente material sanitário, foi fornecedora exclusiva das obras de esgoto da nova Capital de Minas, Belo Horizonte, de 1894 a 1896.

A Cerâmica Nacional de Caeté atendeu a encomendas de várias obras de saneamento em cidades do interior do Estado, Rio de Janeiro, Diretoria de Obras Públicas da União e cidades do interior paulista.

Durante dez anos, João Pinheiro viveu para a sua indústria, mantendo-se, porém, ligado à política municipal, como agente executivo, hoje cargo de Prefeito. Em 1903 foi designado pelo Presidente do Estado, Francisco de Salles, como um dos organizadores do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, evento que viria a identificar as causas da depressão econômica e indicar soluções.

O Congresso durou de 13 a 19 de maio de 1903, reunindo os nomes da maior expressão dos setores bancário, industrial e comercial, sendo João Pinheiro escolhido presidente de sua Comissão Fundamental.

As origens da crise estavam no café, produzido em regime de monocultura. Havia problemas de superprodução, falhas no comércio internacional, falta de crédito bancário, custos dos fretes ferroviários, deficiências na política fiscal e no trabalho rural.

Os empresários sugeriram: revisão de tarifas e de fretes, crédito para financiamento da lavoura, melhoria na qualidade de produção, propaganda para estimular o consumo e a defesa dos preços no mercado interno. O café continuaria, no entanto, atravessando altas e baixas porque as condições de debilidade econômica e financeira do Brasil, em choque com o bem equipado comércio internacional, não permitiam uma defesa eficaz do produto.

Depois do Congresso, João Pinheiro foi convidado para ocupar no Senado o cargo vago com a morte de Carlos Vaz de Mello. Tomou posse em maio de 1905, logo despontando como forte candidato à sucessão presidencial de Minas.

O Partido Republicano, reunido em Convenção no dia 13 de novembro daquele ano, aprovou a indicação dos diretórios municipais para a sua candidatura à Presidência do Estado, no quadriênio 1906/1910. Foi eleito em 1.º de março de 1906, com 68.429 votos, quase a totalidade do eleitorado mineiro da época, e tomou posse em 7 de setembro de 1906. Seu vice foi o Senador Júlio Bueno Brandão.

O bem comum defendido acima de tudo

João Pinheiro dizia que as formas de governo não são um fim, mas um meio de realizar a felicidade pública, garantindo a segurança e a independência material do indivíduo e da coletividade.

Ao longo de seu Governo, João Pinheiro manteve-se coerente com essa filosofia. Outro destaque de sua atuação foi a preservação da atividade particular. Em todas as reformas procurou evitar intervenção pesada nesse setor.

O trabalho agrícola foi a base da reorganização econômica de Minas. O Governo distribuiu fertilizantes e instrumentos agrícolas, ao preço de custo, porque o aumento da produção era considerado como vital. Simultaneamente, João Pinheiro criou mecanismos para favorecer a instrução técnico-profissional no campo. Defendeu também, com todos os instrumentos que o cargo lhe possibilitava, a difusão do Ensino Primário, Secundário e Normal; a democratização da Justiça, não permitindo o aumento das custas judiciais; mobilizou a opinião

pública para libertar o País dos excessos burocráticos e da pobreza extrema, apresentando sugestões práticas para aproveitamento do potencial de riqueza até então paralisado.

Foi um forte adversário dos derrotistas, que sempre justificavam o desenvolvimento de outros países como consequência de situações privilegiadas. Em todos os momentos insistiu que o Brasil tinha condições de se emancipar economicamente e, graças ao seu pensamento e à sua ação, foi o pioneiro da política desenvolvimentista deste século.

João Pinheiro denunciou o descuido das autoridades de seu tempo em relação à educação para o trabalho e especificamente para a agricultura. Ele procurou, à frente do Governo de Minas, alterar essa situação, instituindo o Ensino Agrícola a partir da Escola Primária e estimulando a formação de pequenas fazendas-modelo. O Governo de João Pinheiro estendeu linhas férreas e abriu rodovias para o escoamento dos produtos agrícolas. Essas providências facilitaram também a aquisição de maquinário moderno para o trabalho no campo.

Ele se dizia um protecionista da indústria, dentro de determinadas condições, defendendo apoio total às novas indústrias e às ações voltadas para a produção independente

da matéria-prima importada. O objetivo, segundo João Pinheiro, era proteger não apenas o industrial, mas tudo, desde o operário, o empregado de administração, o caixeiro viajante e outros que dependessem dela para sua sustentação.

Mas a proteção não deveria ser eterna. A indústria teria de se desenvolver com seus próprios recursos logo que contasse com a aparelhagem necessária para enfrentar a concorrência.

Os passos de João Pinheiro até a História

- ☆ 16 de dezembro de 1860 — Nascimento de João Pinheiro.
- ☆ 1881 — Inicia estudos na Escola de Minas de Ouro Preto.
- ☆ 1883 — Ingressa no Curso Jurídico da Faculdade de Direito de São Paulo.
- ☆ 1886 — Adesão à Campanha Republicana.
- ☆ 1888 — Retorna a Ouro Preto
- ☆ 15 de novembro de 1889 — Proclamação da República.
- ☆ 21 de janeiro de 1890 — Nomeado Vice-Governador de Cesário Alvim.
- ☆ 25 de janeiro de 1890 — Casamento com Helena de Barros Leite.
- ☆ 12 de abril de 1890 — Assume o Governo de Minas, em substituição a Cesário Alvim.
- ☆ 23 de julho de 1890 — Deixa o Governo de Minas para assumir uma cadeira no Congresso Constituinte da República.
- ☆ 1893/1896 — Dedicar-se à atividade industrial.
- ☆ 1903 — Recebe a incumbência de organizar o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas.
- ☆ maio de 1905 — Toma posse no Senado, ocupando cargo vago com a morte de Carlos Vaz de Mello.
- ☆ 7 de março de 1906 — Eleito Presidente de Minas.
- ☆ 16 de março de 1891 — Falece em Caeté sua mãe, Carolina Augusta de Moraes.
- ☆ 7 de setembro de 1906 — Posse como Presidente de Minas.
- ☆ 25 de outubro de 1908 — Morte de João Pinheiro, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte. Segundo os médicos Álvaro Ramos e Pais Leme, o Presidente de Minas morreu de pseudoleucemia adenoliforme.

Fundação João Pinheiro

A Fundação João Pinheiro, órgão vinculado ao Sistema Estadual de Planejamento de Minas Gerais, tem participado ativamente do processo de desenvolvimento mineiro e do Brasil, numa experiência de mais de dez anos em trabalhos de pesquisas, estudos e planejamento.

Contando com técnicos de formação superior, ela prepara trabalhos que possibilitam a articulação do desenvolvimento econômico com o social, aumentando a eficiência e a eficácia das políticas públicas, além de auxiliar a iniciativa privada no aprimoramento do desempenho gerencial.

Criada em 1969, a Fundação João Pinheiro tem atuado, desde então, nas áreas de pesquisa, planejamento e desenvolvimento organizacional e de recursos humanos.

Neste sentido, a Fundação João Pinheiro realizou e vem realizando pesquisas, estudos, diagnósticos, planos, programas e projetos, em diversos campos:

- Estudos básicos para o planejamento a nível regional e local: recursos naturais, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e aspectos institucionais.
 - Caracterização de problemas e condições potenciais de desenvolvimento, aproveitamento de recursos locais e tecnologias intermediárias.
 - Análises e proposições para elevar o desempenho econômico setorial: recursos minerais, agropecuária, indústria, serviços e abastecimento.
 - Programas de restauração e preservação de bens culturais e históricos.
 - Análises e proposições para aumentar a eficiência de programas sociais: saúde, educação, nutrição, habitação popular, desenvolvimento comunitário.
 - Programas de desenvolvimento urbano: aspectos físicos, sociais, econômicos e normativos. A questão energética e seus reflexos no ambiente urbano.
 - Elaboração, em conjunto com órgãos setoriais, de programas inovadores de desenvolvimento: agricultura de baixa renda, cidades médias, planos de desenvolvimento regional. Acompanhamento, supervisão e avaliação de impactos dos programas.
 - Análise de composição e qualificação de mão-de-obra, da dinâmica demográfica e do acesso diferenciado a bens públicos.
 - Programas periódicos de capacitação a fim de gerar recursos humanos gerenciais para todos os níveis da administração pública privada.
 - Cursos de especialização em Administração — CEA, pós-graduação profissionalizante.
 - Treinamento gerencial, em todas as áreas funcionais da administração e ciências correlatas.
- Planos de Desenvolvimento Integrado do Estado de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

- Estrutura Espacial do Estado de Minas Gerais.
- Programa Nacional da Pecuária.
- Programa Estadual de Promoção de pequenos Produtores Rurais (Agricultura de Baixa Renda).
- O Setor Siderúrgico no Estado de Minas Gerais.
- Programa Estadual de Centros Intermediários.
- Planos de Desenvolvimento Urbano de Uberaba e Montes Claros.
- Acesso da População de Baixa Renda a Serviços de Educação e Saúde.
- Assistência Psiquiátrica em Minas Gerais.
- Estudos de Política Social em Minas Gerais: Saúde, Educação e Bem-Estar.
- Avaliação e Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados.
- Perspectivas para a Política de Proteção ao Consumidor.
- Projeto de Modernização Administrativa dos Tribunais de Justiça e Alçada do Estado de Minas Gerais.
- Projeto de Modernização Administrativa do Estado.
- Plano de Recuperação e Reorganização Espacial de Santa Bárbara.
- Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana.

A Fundação João Pinheiro tem mantido convênios, acordos de cooperação técnica e de consultoria com várias entidades, como a Secretaria de Planejamento da Presidência da República; SUBIN – Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional; FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos; IPEA – Insti-

tituto de Planejamento Econômico e Social; CEBRAE/PNTE – Centro Brasileiro de Apoio Gerencial à Pequena e Média Empresa/Programa Nacional de Treinamento de Executivos; CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Ministério da Educação e Cultura; Ministério da Agricultura; CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano; BNH – Banco Nacional de Habitação; NUCLEBRÁS – Empresas Nucleares Brasileiras; Ministério da Indústria e do Comércio; Ministério da Justiça; Ministério do Interior; SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico; Fundação Roberto Marinho; Secretaria de Estado do Trabalho, Ação Social e Desportos; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia; Companhia Vale do Rio Doce; Caixa Econômica Federal; USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A; ACESITA – Aços Especiais Itabira S/A; VALEP – Mineração Vale do Paranaíba S/A; PRODEMGE – Companhia de Processamento de Dados de Minas Gerais; RURALMINAS – Fundação Rural Mineira; Prefeituras de Unaí, Itabira, Ouro Preto, Uberaba, Pirapora, Montes Claros, Buritizeiro e outras entidades federais, estaduais, prefeituras e grandes empresas.



**Fundação
João Pinheiro**

SECRETARIA DE ESTADO DO
PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL